

O CORRER DO TEMPO: CRUZAMENTO DO SER E DO NÃO-SER*

Lorenzo PEÑA

Instituto de Filosofia do CSIC
(Conselho Superior da Pesquisa Científica, Madri)

O correr do tempo foi sempre associado à existência da mudança, ao mesmo tempo que se supôs que tal existência encerrava contradições, como unidade inextricável de ser e não-ser. A este respeito os filósofos se dividiram entre aqueles que se esforçam por afastar essa suposição, aqueles que, tendo em conta o surgimento de tais contradições, se pronunciavam contra a existência do tempo e da mudança, e, enfim, aqueles que afirmavam sua realidade, não obstante as contradições das quais tempo e mudança seriam portadores.

Não é sem bons fundamentos que se atribui, pois, aos eleatas a rejeição da existência do tempo em favor da afirmação de uma realidade eterna, não-temporal. Platão, por sua vez, parece ter tentado, nesta questão que nos ocupa, uma mediação entre eleatismo e heracliteísmo, semelhante àquela que ele valorizou muito acerca do conjunto dos problemas ontológicos: enquanto apenas o mundo das Formas escaparia a toda temporalidade, a toda mudança, apropriando-se desta sorte do domínio do realmente real, isto é, de uma existência sem mistura de não-existência, na ausência de contradições, o mundo sensível, pelo contrário, estaria embaraçado no cruzamento do ser e do não-ser, na gradualidade da existência e, sem mais, na mudança, no correr do tempo, na não-permanência. Ora, é bem conhecida a seqüência das reflexões platônicas: O como o fundador da Academia, em alguns dos seus diálogos tardios, como o **Parmênides** e o **Sofista**, introduziu precisamente na própria vida das Formas o movimento, o devir, o tempo e, portanto, indiretamente, as contradições que daí decorrem.

Coube a Aristóteles — inteiramente à altura e ao alcance de seus pendores filosóficos — contornar ou esquivar a todo custo a ameaça de contradição e afirmar através disso a realidade do tempo e da mudança,

(*) Comunicação apresentada no Congresso Internacional de Filosofia de ASPLF, em Dijon, 1988 e cedido especialmente para a Revista **Reflexão**.

convenientemente depurada de qualquer resquício de antinomia. Ele se dedicou a isso utilizando instrumentos dos quais ele próprio foi o engenhoso inventor, as distinções subtis entre ato e potência e outras semelhantes. Mas, além de estarem tais distinções longe de possuir a clareza que delas poderíamos com todo direito esperar, elas não conseguem descartar a ameaça de contradição que pesa sobre a mudança — e, portanto, sobre o correr do tempo —, senão ao preço de reintroduzir a antinomia sob uma forma apenas desviada; pois, com efeito, para Aristóteles o movimento é ato de um ente em potência precisamente enquanto ele está em potência. As expressões reduplicativas, os “enquanto”, constituem — pelo menos no uso que deles fazem os peripatéticos — cortinas de fumaça que escondem as implicações lógicas das teses professadas. Entretanto, a contradição implícita na fórmula aristotélica parece-nos sobressair muito visivelmente. O Estagirita encontrou dificuldades semelhantes a propósito da categoria do acidente **quando**. O fundo do problema reside nisto: nenhuma coisa pode adquirir ou possuir um **quando** a não ser na medida em que ela, ao mesmo tempo, o está perdendo.

Foi Sto. Agostinho que, entre todos os filósofos, soube tirar as conseqüências mais extremadas das considerações sobre o passar do tempo, as quais não são, com efeito, senão constatações sobre as quais todo mundo concordaria em princípio. O que foi e não é mais, não é mais, isto é, não existe mais agora, não mais do que aquilo que será e ainda não é. Só o que é presentemente, existe. Ora, o presente não poderia ser senão instantâneo. Dai-lhe uma duração qualquer e deveis confessar que uma parte é anterior à outra; donde se seguiria que, não sendo simultâneas, tais partes existem, não ao mesmo tempo, mas umas após as outras. Quando uma parte está presente, outras já se foram, outras, enfim, ainda não chegaram; o que quer dizer que elas não são co-presentes. Ora, na medida em que o presente é constituído do não presente, ele não é presente. Entretanto, um presente pontual, sem nenhuma duração, um presente que não dura, é um não-ser, pois que no mesmo instante em que começa a existir, ele desaparece ao mesmo tempo, submergindo no abismo da não-existência. Sto. Agostinho hesita a esse respeito entre várias atitudes. Às vezes tenta resolver tentando articular uma teoria dos graus de existência, a qual comportaria um reconhecimento da falsidade, pelo menos parcial, do princípio de não-contradição. Outras vezes ele se esforça por atribuir ao tempo uma pseudo-realidade fenomênica, ou antes consciencial. Seja como for, não me parece que ele tenha resolvido a dificuldade, uma vez que suas tentativas de considerar a existência do temporal como uma existência mitigada, inserida na contradição, na encruzilhada do ser e do não-ser, não ultrapassaram o estágio de balbuciantes — o que, de resto, vem de encontro a suas clinações para o inefável.

Entre as grandes controvérsias que floresceram na Escolástica da baixa Idade Média estourou uma polêmica acerca dos paradoxos de

Zenão, sobretudo o da flecha; no curso dessa polêmica alguns inferiram a conseqüência de que a mudança implica a posse simultânea de determinações mútuas contraditórias — só que ao mesmo tempo eles cuidavam de apenas contornar a contradição formal, postulando “momentos naturais”, — se bem que uma substância em devir em vão exibiria ao mesmo tempo duas propriedades apostas; disso não se seguiria nenhuma contradição expressa, uma vez que ela apresentaria cada uma dessas propriedades em momentos diferentes, não momentos do tempo, certamente, mas momentos não-temporais. Encontra-se um eco dessas controvérsias na discussão do paradoxo de Zenão em Espinosa à qual ele se dedica na sua exposição da filosofia cartesiana, onde o filósofo holandês — contrariamente às mais freqüentes tentativas de encerrar a contradição da mudança — se pronuncia contra a instantaneidade do agora, e sustenta, ao contrário, que os momentos têm uma duração, de tal modo que, a cada momento em que o móbile entra num lugar, ele já o está abandonando, sem que seja possível separar por um limite ou uma diferença temporal as duas ações: a de entrar e a de sair. E Espinosa pode afirmar que o paradoxo de Zenão fica deste modo resolvido, uma vez que, segundo ele, o que constituiria a pega do paradoxo seria um momento em que o corpo estivesse presente num lugar com exclusão de toda ausência sua em relação ao mesmo lugar; ora, isso não é possível, nos diz ele; não que o corpo esteja e não esteja ao mesmo tempo num lugar, mas, pelo fato de que não há tempo minimal e, por isso, em cada tempo, por menor que seja, há uma entrada de um corpo num lugar e também uma saída do mesmo corpo do mencionado lugar. Entretanto, não se vê bem como a solução de Espinosa conseguiria evitar a contradição. Se, a cada momento, durante o percurso, o móbile penetra num lugar e, ao mesmo tempo, ele sai dele na mesma medida, se, pois, não há nenhum momento em que ele aí entra mas daí não sai, então acontece que a entrada e a saída são simultâneas, uma vez que, conforme os padrões da nossa filosofia, elas são determinações contraditórias entre si, isto é, opostas. Parece que Espinosa acreditava que em casos semelhantes não haveria simultaneidade, pois que, “no momento m p ” significaria, não “ao logo de m p ”, mas qualquer coisa como “num sub-intervalo de m p ”; ora, cada lapso de tempo durante o percurso seria composto de intervalos, durante os quais o móbile entra no lugar em questão, e de outros intervalos, durante os quais ele daí sai. Uma tal aproximação foi trazida à baila hodiernamente por von Wright, mas com outras nuances e munida de um esboço de formalização. A base desta aproximação consiste em crer que haveria uma mistura inextricável de determinações contraditórias, mas sem nenhuma (con) fusão entre elas, sem que entretanto, haja um ponto ou uma parte qualquer onde o **sim** e o **não** coincidam de outro modo a não ser pela alternância ou entrelaçamento indesmanchável! entre eles. Ora, se duas determinações opostas se encontram juntas num trançado que se não poderia desfazer, não seria então que

ela atinge um ponto de fusão, isto é, que há um lapso de tempo, no qual elas se encontram ao mesmo tempo presentes, tanto uma como a outra? De outro modo o entrelaçamento não poderia consistir a não ser na alternância infinitamente complexa entre intervalos indefinidamente ocorridos de entrada e de saída, de posse de uma determinação e depois de posse da determinação oposta. O inconveniente menor de uma tal aproximação não é o de se ser assim obrigado a sonhar com uma alternância que não somente nada confirma, mas cuja afirmação pareceria antes ser desautorizada por todos os indícios, por toda evidência disponível.

Foi Hegel que tomou a sua conta, com a desenvoltura filosófica da qual ele tinha o segredo, o articular uma teoria do tempo que valorizava o seu caráter contraditório. Para ele o tempo é essa determinação de uma coisa em virtude da qual, na medida em que ela é, ela não é, e, na medida em que ela não é, ela é. Mas, então, como é possível que nas esferas da Idéias, seja na do ser como na da essência, e, enfim, na do conceito, o tempo esteja ausente? Acontece que a Idéia é um "em si", isto é, uma potência de ser que não atinge a atualidade ou a realidade a não ser enquanto ela se exterioriza na natureza e retorna a si, por si no espírito. Ora, natureza e espírito são de fato realidades temporais. E sobretudo o espírito, onde a sucessão dos momentos evolutivos não se desenrola senão na dimensão do tempo. A despeito, entretanto, das suas observações geniais, de sua sistematização grandiosa, de suas pinçadas clarividentes, a aproximação de Hegel nos decepiona no final, pois em vão a gente aí buscaria discussões, — no sentido dos raciocínios correntes — capazes de firmar os pontos de vista propostos ou elucidações suscetíveis de um tratamento formalizável.

Assim, chegamos à filosofia contemporânea, onde McTaggart é justamente famoso por seu argumento contra a existência (ou o correr) do tempo — argumento que continua a fazer gastar muita tinta. O "nervus probandi" do argumento é bastante simples: tenha-se presente que cada acontecimento é, alternadamente, futuro, presente, e depois passado; então eu afirmo que há determinações contraditórias. Se replicais que o tempo não tem essas fases todas simultaneamente, mas sucessivamente, eu retruco que então há determinações de ser futuro em certos momentos, de ser presente em outros, de ser passado em outros, no que ele não se distingue de nenhum outro: ele terá pois, as mesmas determinações temporais como qualquer outro acontecimento, uma vez que, precisamente, se há o tempo, certos acontecimentos possuem determinações que faltam aos outros, os quais por sua vez possuem as suas próprias; tais determinações são pois contrárias, incompatíveis; enquanto que, como vimos há pouco, cada acontecimento as possui a todas a menos que se postule um ultra-tempo e assim ao infinito. Ora, poder-se-ia evitar a contradição ao preço de uma tal regressão ao infinito? É duvidoso. Que fazer, pois? Os seguidores

de Russell se apegam à proposta de um tempo que não passaria, mas que permaneceria, isto é, um tempo onde tudo o que existe em dado momento existiria sempre. Entretanto, o próprio Russell, inspirando-se em Leibniz, delineou em alguns de seus trabalhos filosóficos posteriores ("Human Knowledge" e "On Order in Time") idéias fecundas para a articulação de uma ontologia do tempo mais sensível à riqueza do real.

As reflexões que procedem visam apenas a mostrar a necessidade de uma teoria do tempo, a qual não recuse ao passar do tempo seu caráter contraditório, o de constituir uma fusão de ser e de não-ser. Se o presente é feito de não presente, então ele não é completamente presente; o que para aquilo que dura se revela exato, pois que já está se tornando passado, quando começa a existir.

Não posso aqui senão bosquejar certos traços muito sumários da aproximação a propor. Primeiramente, em lugar de designar forçosamente a um estado de coisas um dos dois valores aléticos do absolutamente verdadeiro e do absolutamente falso, concordemos que ele pode tomar não somente um valor dentre uma infinidade de graus, mas também um conjunto de tais valores, podendo assim ser mais verdadeiro (ou mais existente) sob certos aspectos que sob outros. Em segundo lugar, em vez de nos deixar apanhar nas tenazes da escolha entre, de um lado, acontecimentos sempiternos — como aqueles que os adeptos de Russell nos propõem (segundo os quais não teria havido Revolução Francesa "tout court", mas antes o fato de que entre 1789-1815 a França esteve em revolução, por exemplo) — e, de outro lado, a exclusão do presente não-temporal, à qual se dedicam os "tensémetaphysicians", com os resultados paradoxais que se seguem, é melhor reconhecer que um acontecimento, sendo um fato, pode mudar de grau de verdade ou de existência conforme os momentos do tempo sem que o presente intemporal deva ser banido na mesma medida: de fato, dizer que uma coisa existe no tempo "t" não é senão dizer que (no presente intemporal) a coisa possuía determinação "t" — as durações temporais não sendo assim nada além das determinações das coisas; ora, um estado de coisas pode ser previsto (intemporalmente) de um certo conjunto de graus de realidade ou de verdade, enquanto que a posse, pelo mencionado estado de coisas, de uma determinação temporal pode ser (intemporalmente) um conjunto diferente — mas, sem dúvida aparentando de algum modo àquele, — de graus de existência. Em terceiro lugar, tendo em vista tornar possível a articulação do ponto precedente — e também por outras razões — precisamos derrubar as barreiras categoriais: em lugar de considerar um fato ou estado de coisas como algo que seria categorialmente diverso das entidades, isto é, das coisas suscetíveis de possuir ou de exhibir determinações ou propriedades, sejamos antes do parecer que nenhuma barreira categorial recorta o real, a atribuição de uma propriedade ou de uma determinação a uma coisa qualquer não constituindo

jamais um não-ser; essa derrubada das fronteiras categoriais pode se realizar por meio da identificação de cada coisa à sua existência própria, o que, desde logo, numerosas razões o confirmam. Em quarto lugar, dispense-mos os instantes e limitemo-nos a postular intervalos, durações: admitamos que tais durações estão ligadas por relações de anterioridade e de simultaneidade, comportando não somente graus — sem que jamais haja simultaneidade completa, seja de uma duração em relação a ela mesma, ou de um acontecimento em vista de si mesmo, (de outro modo cada presente estaria presente inteiramente em si mesmo, o que, como vimos, não é o caso) — mas também de variações de aspectos, de tal modo que poderia mesmo acontecer que o grau de existência dos fatos relacionais em questão seja variável conforme os momentos — o próprio tempo entendido assim como seu ultra-tempo, e múltiplas dimensões da temporalidade jorrando de tais combinações. Enfim, demos ao **agora** seu estatuto cambiante, atribuindo-lhe uma coincidência ou simultaneidade com cada momento precisamente nesse momento, isto é, afirmando que a cada intervalo temporal "t" o **agora** é simultâneo ao "t"; quanto a saber qual é o valor alético de "o **agora** é simultâneo ao t" (no presente intemporal), por quê não admitir que esse valor é o conjunto de graus de verdade bastante diversificado — conforme os diferentes aspectos do real? Tais idéias tiveram uma articulação formalizada por meio de uma lógica temporal para-consistente numa série de trabalhos em curso.

Tradução do Prof. Francisco Cock Fontanella